



ATA 1968ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crp.org.br

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta minutos, realizou-se a milésima noningentésima sexagésima oitava reunião Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 19 (dezenove) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Andrea Mataresi, Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel Paulon, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Luciana Stoppa dos Santos, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Maria Rozineti Gonçalves, Reginaldo Branco da Silva, Rodrigo Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Beatriz Marques de Mattos, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de Oliveira, Magna Barboza Damasceno, Márcio Magalhães da Silva, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta e Maurício Marinho Iwai. Esteve presente também a gestora da Subsede de Campinas, Rita de Cassia Oliveira Assunção. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) Justificativas de Ausência** - Foram consideradas as justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os: Evelyn Sayeg, Fabio Silvestre da Silva, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Vinicius Cesca de Lima, Beatriz Borges Brambilla, Bruna Lavinias Jardim Falleiros, Ed Otsuka, Larissa Gomes Ornelas Pedott e Rodrigo Fernando Presotto. Camila Teodoro Godinho está afastada temporariamente, conforme deliberação da 1959ª Plenária Ordinária, de 18 de fevereiro de 2017. **1.2) GT Psicologia Todo Dia, Em Todo Lugar** – Rodrigo Toledo noticia ao plenário que a apresentação do trabalho do Grupo de Trabalho Psicologia Todo Dia, Em Todo Lugar será realizada na plenária ordinária de maio, pois o grupo não finalizou a tarefa. **1.3) GT Nacional Resolução CFP 01/99** – Rodrigo Toledo informa que o GT Nacional referente à Resolução CFP nº 01/99 tem trabalhado para a atualização da Resolução CFP nº 01/99 e o assunto será discutido durante a Assembleia de Políticas, da Administração e das Finanças (APAF), que será realizada em maio. **II) PEDIDO DE DESLIGAMENTO** - A mesa diretora informa ao plenário o pedido de renúncia do conselheiro Fabio Silvestre por motivos pessoais. Noticia-se que foi realizada conversa com o conselheiro, no sentido de que fosse concedida uma licença por determinado tempo, mas não foi aceita. Nesse sentido, solicitou-se que o próprio conselheiro Fabio Silvestre pudesse



apresentar seu pedido de desligamento ao plenário, mas não foi possível e o mesmo informou que sua última atividade enquanto conselheiro foi a participação na Plenária Ética realizada em 07 de abril. Considerações do

plenário: 1) Comenta-se sobre a importância do trabalho do conselheiro, que, inclusive, já compôs plenário anterior. 2) Ressalta-se a dedicação e o envolvimento de Fábio Silvestre com ações relevantes para o CRP SP. Consulta-se o plenário se há alguma objeção ao afastamento do conselheiro.

3) Solicita-se que, caso seja aprovado o afastamento, que se realize discussão sobre o cargo de conselheira/o titular, uma vez que Fábio Silvestre da Silva tinha essa condição. **Encaminhamento:** O plenário referenda a decisão de Fábio Silvestre da Silva que deixa de exercer as responsabilidades e deveres de conselheiro do XV Plenário do CRP SP. **III)**

APROVAÇÃO DAS ATAS DAS PLENÁRIAS 1948^a (10/12/2016) e 1955^a

(03/02/2017) – O conselheiro secretário, Rodrigo Toledo, submete ao plenário as Atas das Plenárias 1948^a, de 10 de dezembro de 2016, e 1955^a, de 03 de fevereiro de 2017, cujas minutas foram encaminhadas para leitura prévio do pleno. **Encaminhamento:** O plenário aprova as atas das Plenárias 1948^a, de 10 de dezembro de 2016, e 1955^a, de 03 de fevereiro de 2017. **IV)**

APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA – Rodrigo

Toledo submete ao plenário a apreciação dos processos das pessoas física e jurídica inscritas nesse CRP SP. **Encaminhamento:** Foram subscritos os

seguintes processos: Pessoa Física - 671 (seiscentas e setenta e uma) novas inscrições, 67 (sessenta e sete) reativações, 10 (dez) inscrições secundárias, 17 (dezessete) inscrições por transferência, 559 (quinhentos e cinquenta e nove) cancelamentos a pedido; 24 (vinte e quatro) cancelamentos por transferência, 01 (um) cancelamento inscrição secundária, 30 (trinta) cancelamentos por não apresentação de diploma.

Pessoa Jurídica - 14 (quatorze) registros; 01 (um) Cadastro; 04 (quatro) alterações contratuais e 06 (seis) cancelamentos a pedido. Total geral dos processos analisados: 1404 (um mil, quatrocentos e quatro), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **V) APRECIÇÃO DE TÍTULO DE**

ESPECIALISTA - O plenário tomou conhecimento da relação de

psicólogos/os para aprovação do título de especialista. **Encaminhamento:**

Na modalidade Cursos IES deferiu-se 02 (dois) na área de Psicologia Escolar/Educacional; 02 (dois) na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho; 08 (oito) na área de Psicologia do Trânsito; 02 (dois) na área de



Psicologia Clínica; 01 (um) na área de Psicologia Hospitalar; 01 (um) na área de Psicopedagogia; 02 (seis) na área de Neuropsicologia, 02 (dois) em Saúde. Indeferiu-se 01 (um) na área de Psicologia Clínica. Na modalidade Cursos Credenciados deferiu-se 05 (cinco) na área de Psicologia do Trânsito; 02 (dois) em Psicologia Clínica e 03 (três) em Neuropsicologia. Assim, o total geral é de 31 (trinta e um) títulos de especialistas ratificados, sendo 30 (trinta) deferidos e 01 (um) indeferido, conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **VI) CREDENCIAMENTO DE SITES** – Foram analisados 33 (trinta e três) processos. **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável a 15 (quinze) pedidos com protocolos: 306339334 (CRP 06/62140), 706440093 (CRP 06/93377), 606205902 (CRP 06/81369), 706539033 (CRP 06/90376), 506641886 (CRP 06/35863), 406340666 (CRP 06/92230), 506339928 (CRP 06/130086), 006440135 (CRP 06/76683), 506441613 (CRP 06/115183), 606113682 (CRP 06/72676), 406339688 (06/39586), 606539628 (06/43317), 106309230 (06/67797), 806137763 (CRP 06/63156) e 106739776 (06/124467). Parecer desfavorável a 08 (oito) pedidos, com protocolos: 206737921 (CRP 06/125059), 806140614 (CRP 06/27622), 106339020 (CRP 06/112787), 006139614 (CRP 06/87973), 106539675 (06/133437), 006621335 (CRP 06/51923), 206240123 (CRP 06/131368) e 106223097 (06/82686). Não se aplica 07 (sete) solicitações com protocolos: 706640563 (CRP 06/88413), 506835930 (CRP 06/103587), 806140044 (CRP 06/84841), 606340020 (CRP 06/54333), 406341978 (CRP 06/117994), 406641804 (CRP 06/73739), 406641852 (CRP 06/100012). Foram cancelados 03 (três) registros com protocolos: 306516290 (CRP 06/86596), 006621335 (CRP 06/51923) e 106223097 (CRP 06/82686). **VII) ASSEMBLEIA DAS POLÍTICAS, DA ADMINISTRAÇÃO E DAS FINANÇAS - APAF (Brasília, 20 e 21/05/2017)** – O conselheiro presidente, Aristeu Bertelli da Silva informa que a APAF - Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças será iniciada em 20 de maio, sábado, às 10h e encerra-se no dia 21, domingo, por volta das 18h. Na sexta-feira que antecede o início da APAF ocorrerá a reunião presencial de presidentas/es e de tesoureiras/os. Novamente será uma Assembleia com muitos pontos de pauta remanescentes. Comenta que é necessária a definição da delegação do CRP SP na APAF, que, poderá contar com três delegadas/os e duas/dois suplentes, totalizando cinco conselheiras/os. Considerando a reunião de presidentas/es e de tesoureiras/os, costuma-se contar com a participação dessas/es na APAF. No entanto, o conselheiro tesoureiro justificou sua



impossibilidade de participar por questões particulares e, assim, quem o substitui deve ser o conselheiro secretário. A conselheira vice-presidenta, Clarice Pimentel Paulon, comenta que já foi recebida relação de pontos remanescentes e, considerando os temas que serão discutidos, sua sugestão sobre a composição informa com relação a pauta de pontos remanescentes já recebidos do CFP e por isso, a sugestão da Diretoria é que a delegação seja feita por Evelyn Sayeg, Magna Barboza Damasceno e Guilherme Rodrigues Raggi Pereira. Justifica que ela própria não poderá integrar a delegação devido a outros compromissos. A Diretoria pondera que considerando os assuntos que serão tratados, como saúde mental, legislação e comunicação, é importante a participação de Evelyn Sayeg. Assim como, considerando a prestação de contas, faz-se importante a participação de representante da Comissão de Auditoria e Controle Interno – CACI. Considerações do plenário: 1) Questiona-se se as pautas sobre avaliação psicológica da última APAF foram superadas. 2) Indica-se o nome de Rodrigo Presotto para compor a delegação. 3) Pondera-se que a delegação deve relacionar-se aos temas que serão discutidos, por exemplo, plano de contingência para situações de emergências e desastres. 4) Ivani Francisco de Oliveira indica-se para compor a delegação. 5) Solicita-se mais informações acerca das pautas que envolvem o tema de Comunicação. 6) Pondera-se que ainda não se tem clareza sobre as pautas de comunicação e pontua-se que seria importante a participação de outros nomes mais relacionados à saúde mental e a defesa dos direitos humanos. 7) Há defesa na manutenção do nome de Evelyn Sayeg na delegação, tanto pela importância das pautas relacionadas à Comunicação, como Revista Ciência e Profissão, quanto por sua apropriação em relação a pauta da saúde mental, sua participação na organização das comemorações do 18 de maio, ações relacionadas às políticas sobre drogas e ao projeto Redenção, da prefeitura da cidade de São Paulo. Entende-se, assim, que Rodrigo Presotto não tem estado tão presente nas pautas sobre saúde mental e, portanto, seria importante que Evelyn Sayeg compusesse a delegação. 8) Pontua-se que o conselheiro Rodrigo Presotto faz parte do movimento da luta antimanicomial. Clarice Pimentel Paulon explica que ela e Rodrigo Presotto representam o CRP SP na Frente Estadual Antimanicomial, no entanto, tanto ela quanto Rodrigo não têm conseguido participar e que ele ainda não se manifestou no sentido de retirar-se da representação. Aristeu Bertelli da Silva



comenta que a discussão da APAF se refere à Comunicação do Sistema
Conselhos, mas a defesa pela participação de Evelyn Sayeg é também
devido às pautas relativas à Comissão de Processos Legislativos – CPL.
Coloca-se para votação o quinto nome para compor a delegação do CRP SP
na APAF, entendendo-se que há consenso na participação dos conselheiros
presidente e secretário e de Magna Barboza Damasceno e Guilherme
Rodrigues Raggi Pereira. **Encaminhamento:** Em regime de votação, há 06
votos para Evelyn Sayeg, nenhum voto para Rodrigo Presotto e 08 (oito)
votos para Ivani Francisco de Oliveira. Desse modo, a delegação do CRP
SP na APAF que será realizada em maio será composta por: Aristeu Bertelli
da Silva, Rodrigo Toledo, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Magna
Barboza Damasceno e Ivani Francisco de Oliveira. **VIII) ASSUNTOS
FINANCEIROS – 8.1) Informe Financeiro** – Noticia-se a posição financeira
do CRP SP em 07 de abril de 2017: Saldo em banco – R\$ 24.115.276,00
(vinte e quatro milhões, cento e quinze mil, duzentos e setenta e seis reais).
Explica-se que para esse item, consideram-se todos os valores que estão em
Banco, ou seja, em conta corrente e aplicação em CDB, que atualmente é de
R\$ 23.830.761,00 (vinte e três milhões, oitocentos e trinta mil, setecentos e
sessenta e um reais). A arrecadação, até o momento, foi de R\$
19.063.994,00 (dezenove milhões, sessenta e três mil, novecentos e noventa
e quatro reais), que representa 49% do estimado pelas anuidades. No
período houve 3.840 (três mil, oitocentas e quarenta) novas inscrições, 305
(trezentas e cinco) reativações, 1.769 (um mil, setecentas e sessenta e nove)
cancelamentos. **8.2) Prestação de Contas do Exercício 2016** – Por
ocasião da ausência justificada do conselheiro tesoureiro, Vinicius Cesca de
Lima, a prestação de contas do exercício de 2016 foi apresentada ao
plenário pelo conselheiro secretário, Rodrigo Toledo, e demais membros da
mesa Diretora. Inicialmente, o plenário apreciou um comparativo do Caixa e
equivalente de Caixa em 2015 e 2016. O total em 2015 foi de R\$
14.473.703,10 e em 31/12/2016 representou R\$ 13.855.742, sendo os
investimentos em CDB e poupança. A diferença para menor no último
exercício demonstra uma geração negativa do caixa. No período em questão,
foram reservados para a compra de imóveis e contingências: R\$
11.493.017,00 e R\$ 13.931.145,00 respectivamente. Conforme definido em
assembleia foi utilizada parte deste valor reservado para a aquisição de
imóvel. No final de 2016 o valor de R\$ 75.403,00 dessa reserva deixa de ser
investido para suprir as necessidades do CRP SP, como: realização do IX



181 Congresso Regional da Psicologia de São Paulo e suas etapas prévias
182 (eventos preparatórios e pré-congressos) e eleições para definição da gestão
183 2016-2019 do CRP SP. Explicou-se que a prestação de contas, preparada
184 pela tesouraria ao plenário, também foi compartilhada com a CACI
185 (Comissão de Auditoria e Controle Interno) para que pudesse fazer sua
186 contra apresentação. A ideia é que a partir da apresentação da tesouraria e
187 da CACI este plenário decida pela aprovação ou não da prestação de contas
188 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Ressalta-se que
189 de forma alguma o saldo em conta bancária do CRP SP é negativo, ao
190 contrário, a referência para menor em R\$ 617.961,10 é uma variação dos
191 gastos entre 2015-2016. Com relação à variação de Caixa no período de
192 2010 a 2016 mostrou-se gráfico ilustrativo. Ao longo da apresentação foi
193 possível notar como esses gastos se distribuem pormenorizadamente, sendo
194 recompostos. O gráfico mostra o movimento de caixa, nestes anos,
195 evidenciando que os gastos são mais elevados em anos de troca de gestão
196 porque coincidem muito com o processo eleitoral do CRP, além do
197 Congresso Regional da Psicologia. Apresentou-se o comparativo sintético de
198 Receitas e Despesa de 2016. Nota-se que foram orçados R\$ 70.888.902,68
199 e realizados R\$ 34.545.197,77, ou seja, 48,7%. Com relação às despesas,
200 foram realizados R\$ 34.961.232,65 representando 49,3% do orçamento e um
201 resultado do exercício negativo para receita em R\$ 416.034,88. É preciso
202 considerar que do valor orçado, aproximadamente 70 milhões, 35% é
203 destinado ao CFP e 25% representa inadimplência. Compõem a conta de
204 receitas em 2016, com seus respectivos percentuais de realização: -
205 Anuidades pessoas físicas (77%); - Anuidades pessoas jurídicas (81%); -
206 Fundo de seções (84%); - Receita de serviços (92%); - receitas financeiras
207 (99%); - Dívida ativa, multas de infrações, indenizações e restituições (10%)
208 e, Receita de capital (0%), totalizando 49% realizado do valor orçado. A
209 Diretoria avalia a necessidade de se pensar em contenções, bem como de se
210 preparar para o próximo período. Com a compra da nova Sede a reserva
211 deste CRP SP irá diminuir. Por isso, a preocupação de rever toda a planilha
212 de gastos para que se possa seguir o que a última gestão fez, preparar o
213 caixa e uma reserva de caixa já sabendo que de tempos em tempos
214 ocorrerão eventos de relevância para a Psicologia como o COREP, CNP,
215 mostras, ou seja, que representam gastos consideráveis. Com relação à
216 dívida ativa multas, indenizações e restrições há um valor considerável que é
217 praticamente a dívida ativa desta autarquia, ou seja, são pessoas jurídicas e



218 pessoas físicas em débito com o Conselho. O que se conseguiu resgatar da
219 dívida ativa equivale a aproximadamente 10%. É um dado importante e que
220 preocupa, pois são colegas que estão atuando e que não conseguiram pagar
221 sua anuidade. É preciso pensar em mutirões, em ações para de fato,
222 resgatar essa verba que é uma fonte de receita. Continuamos cuidando
223 como qualquer outra autarquia, pela via judicial, que é efetiva e legal, no
224 entanto, o custo é alto com este procedimento. Faz-se necessário promover
225 outras maneiras como mutirão de conciliação em conjunto com as Subsedes,
226 definindo um calendário e chamando as/os colegas para a negociação. Há
227 pessoas que estão inadimplentes pela questão financeira, mas também há
228 pessoas que abandonaram o CRP. Este é um dado político importante para
229 se refletir. As/Os psicólogas/os precisam ser chamadas/os para saberem no
230 que está sendo empregado o valor da contribuição. Indica-se o diálogo e a
231 proximidade com a categoria, por isso a necessidade de envolver as
232 Subsedes, não para ser o escritório onde se negocia a dívida, mas sim para
233 atrair e estar junto à categoria. A rigor o CRP SP, sob crime de
234 responsabilidade, não pode perdoar dívida ou simplesmente ofertar
235 descontos que incida a perda de receita. Mas, pode fazer negociação
236 presencial. Existe um valor que é inegociável, que é o valor essencial da
237 anuidade, já os juros e as multas são possíveis de negociação. Dados de
238 nossa Assessoria Jurídica apontam que as/os colegas que fizeram a
239 negociação, tem conseguido honrar com o acordo. Em tese, esta gestão tem
240 90% neste campo para trabalhar. Na sequência foi apresentada evolução
241 das receitas 2010-2016, envolvendo contribuições; serviços; patrimoniais e,
242 dívida ativa, multas de infrações, indenizações e restituições. Das Despesas
243 – 2016: a despesa orçada para o ano, excluindo-se aquisição de imóveis,
244 transferências de capital e transferências ao CFP foi de R\$ 32.126.222,13. A
245 receita disponível para as despesas orçadas no ano (receita corrente -
246 aquisição de imóveis – transferências ao CFP) equivaleu a R\$
247 26.146.614,03. A taxa para ajuste da despesa orçada para o ano,
248 considerando a receita disponível, foi de 81% do orçado. Este dado indica
249 que a gestão fez a pré-leitura e um ajuste do que foi orçado para o que tinha
250 disponível de 81% destinado à realização de custos. Das Despesas – 2016
251 (excluindo as transferências ao CFP, aquisição de imóveis e fundo de
252 contingência). Foram destacadas as seguintes contas orçadas e realizadas,
253 tais como: (1) Investimentos em equipamentos e materiais permanentes,
254 percentual realizado 36%, (2) Benfeitorias e reformas em imóveis, percentual



realizado 4% e (3) Aquisição de programas de informática (software),
percentual realizado 15%. O que fica em evidência deste dado é muito mais
complexo porque por óbvio, é uma autarquia, um órgão público, mas a rigor
não é muito diferente daquilo que é a administração do próprio orçamento
deste Conselho. Contabiliza-se que boa parte do orçamento do CRP SP é
direcionada ao CFP, lembrando que para o CFP a única fonte de receita é
justamente a contribuição dos regionais. Retoma-se sobre a questão de
justiça social, redução de desigualdades, enquanto sistema para contribuir
com os CRs. Das contas que integram as despesas e não se pode negociar
estão: remuneração de pessoal e encargos sociais, benefícios a pessoal e
assistenciais, e material de consumo. No caso dos serviços de terceiros está
sendo diminuído o custo com essa contratação, ou seja, o Conselho tem
conseguido realizar com seus próprios recursos humanos e materiais.
Sinaliza-se negociação com prestadores de serviço para redução de custos,
por exemplo, de serviços bancários com valor de taxa de prestação de
serviços. É um ponto positivo poder renegociar a dívida ativa. O movimento
dessas despesas foi apresentado pelo conselheiro tesoureiro, Vinicius Cesca
de Lima, que utilizou os dados a partir do portal da transparência. Informou-
se que o Plano de Cargos e Salário será discutido em outro momento. A
respeito do valor patrimonial total de todos os imóveis do CRP SP, na última
assembleia foi informado R\$ 4.837.754,16, que é o valor venal adquirido sem
depreciação. Não está pelo valor de mercado. Das Despesas – Ações
Políticas (2016). O total realizado com as ações políticas equivale a R\$
5.660.475,00. É preciso sempre apontar que são 5 (cinco) eixos de ação do
plenário anterior, ou seja, tratam-se de eixos estabelecidos pelo XIV Plenário
que organizou seu planejamento e a partir disso, constituiu seu orçamento e
o quanto foi distribuído para cada eixo. Observa-se o movimento que fizeram
a economia e posteriormente, em 2016, o gasto. Os slides que expõem todas
as informações do planejamento financeiro se complementam no decorrer da
apresentação e ajudam a explicar melhor a evolução entre os valores
orçados e planejados. O percentual do total de ações políticas em 2016
representa 80% porque constam por amostragem as principais ações
políticas. A título de exemplo: (1) a Campanha do ECA que teve uma
logística em vários espaços, envolveu produção de material, produção de
vídeo e muitas parcerias nas atividades da campanha; (2) a Campanha de
Direitos Humanos sobre a Violência de Estado e, (3) o Projeto Psicologia
Todo Dia em Todo Lugar. As ações que obtiveram valor abaixo de R\$ 100



mil reais não constam na apresentação, foram consideradas apenas atividades acima deste valor e elas compõem 20% do que fora atividades políticas. Ao final, foi apresentado movimento histórico de evolução das Despesas com Ações Políticas (2012 – 2016) e exibido cenário hipotético em que novos imóveis teriam sido adquiridos pelo CRP SP no ano de 2016. Do Parecer da CACI: A conselheira Magna Barboza Damasceno revelou que ficou bastante tranquila com a apresentação da prestação de contas de 2016 pela Diretoria. Salientou que a gestão anterior contratou uma auditoria externa e, que neste momento, a CACI aguarda o relatório para saber o que essa auditoria concluiu do trabalho. A Comissão de Auditoria e Controle Interno do CRP SP fará o relatório, o qual não será apresentado nesta sessão plenária, mas sim na próxima. Justificou que não foi possível efetuar o parecer sobre a prestação de contas para apreciação nesta ocasião. A CACI, por enquanto, tem se reunido uma vez por mês. Na próxima segunda-feira, 10/04, haverá reunião com o auditor. O conselheiro presidente, Aristeu Bertelli da Silva, informa que a prestação de contas de 2016 será enviada posteriormente ao CFP e ao TCU. É preciso que o plenário referende ou não as contas do exercício de 2016: aprovação, aprovação com ressalvas ou reprovação. Consulta o plenário se restam dúvidas e se há consenso na aprovação da prestação de contas de 2016. **Encaminhamento**: O plenário manifestou-se favorável à aprovação das contas do exercício 2016, que foram homologadas. **IX) COMISSÃO DE AUDITORIA E CONTROLE INTERNO** – Magna Barboza Damasceno comenta que, conforme combinado durante a 1964ª Plenária Ordinária, realizada em 18 de março, o Parecer Jurídico PH 15/17 trata sobre consulta formulada pela Diretoria do Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo, que tem por objeto verificar questões relativas ao controle interno. A redação que consta na minuta: “Art. 4o. No exercício de suas atribuições, a Comissão de Auditoria e Controle Interno poderá: (...) III. Requisitar o ressarcimento de despesas que julgar irregulares e a responsabilização por atos irregulares ou em desacordo com a legislação, as normas e as diretrizes internas” e, com base no Parecer Jurídico, propõe-se a alteração para “Art. 4o. No exercício de suas atribuições, a Comissão de Auditoria e Controle Interno poderá: (...) III. Propor à diretoria do CRP-06 que busque o ressarcimento de despesas que avaliar irregulares e a responsabilização por atos irregulares ou em desacordo com a legislação, as normas e as diretrizes internas”. Justifica-se a alteração proposta, pois nos exatos termos do parecer, “a competência (de



requerer o ressarcimento) é da Diretoria, que possui natureza jurídica de representante da autarquia. As outras instâncias possuem natureza meramente opinativa. O controle interno pode apontar a irregularidade. Mas a competência de buscar o ressarcimento é da Diretoria". Desta forma, destaca-se que o parecer jurídico reforça e traz elementos importantes para qualificar o dever do CRP SP de regulamentar, organizar e dar condições de pleno e efetivo funcionamento à sua instância de controle interno. Essa é a única proposta de alteração na minuta de Resolução que cria e estabelece parâmetros para o funcionamento da Comissão de Auditoria e Controle Interno do Conselho Regional de Psicologia da 6ª. Região - CRP-06.

Encaminhamento: O plenário toma ciência da proposta de alteração na minuta de Resolução e coloca-se de acordo. Dessa forma, o pleno aprova a Resolução que cria e estabelece parâmetros para o funcionamento da Comissão de Auditoria e Controle Interno do Conselho Regional de Psicologia da 6ª. Região - CRP-06. **X) COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO (COF) – 10.1) Coaching** - Ao início da discussão do ponto, há manifestação do plenário para que haja controle no tempo de discussão, a fim de possibilitar a discussão de um maior número de pontos. O presidente da Comissão de Orientação e Fiscalização, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, indica que a pauta "Coaching" está desde novembro pendente de discussão na plenária. Houve uma nota do CFP de que não poderia associar a o exercício de "coaching" ao de psicóloga/o. Relata que "coaching" é uma questão muito presente em Psicologia Organizacional e do Trabalho, embora não seja uma prática exclusiva da Psicologia. O entendimento é que o saber psicológico poderia qualificar esse trabalho. Assim, o ponto será solicitado para discussão em APAF, para que seja revisto o posicionamento nacional. Ele próprio, junto com Maria das Graças Mazarin de Araújo construíram um texto e a ideia é que seja levado ao núcleo de Psicologia Organizacional e do Trabalho para que o CRP possa levar para a APAF, quando o ponto deverá ser solicitado pelo CPR SP. Esse assunto, nacionalmente, havia sido discutido dentro do GT Psicologia do Esporte, e o Federal soltou a nota. No entanto, membros do GT comunicaram que não haviam sido consultados sobre seu teor. Nessa época o CRP SP soltou uma nota informando que via o *coaching* para muita além da área de Psicologia do Esporte. Aristeu Bertelli da Silva comenta que o plenário anterior do Conselho Federal de Psicologia criou um juízo a respeito do tema e o publicou sob forma de Nota Técnica, o que pegou a todos de surpresa. Essa atitude foi muito criticada durante em



366 APAF. Considerações do plenário: 1) Comenta-se que em Bauru está sendo
367 organizada atividade (Congresso) sobre Psicologia Organizacional e do
368 Trabalho e foi proposta uma mesa sobre este tema, exatamente por conta da
369 Nota Técnica divulgada pelo CFP. Já foi solicitado que o Congresso fosse
370 pautado na reunião do Núcleo de Psicologia Organizacional e do Trabalho. 2)
371 Questiona-se se é possível outros membros do plenário contribuírem para
372 essa Nota. 3) Explica-se que, normalmente, o Núcleo afim do tema discute e
373 elabora o texto da Nota e, então, traz para a plenária, para considerações e
374 aprovação. **Encaminhamento:** O Núcleo de Psicologia Organizacional e do
375 Trabalho deverá rediscutir o texto para subsidiá-lo e, dessa forma, que o
376 texto possa contribuir com os trabalhos do GT da APAF. A Comissão de
377 Orientação e Fiscalização deverá ser envolvida na produção da Nota. **10.2)**
378 **GT sobre as Comunidades Terapêuticas** – Guilherme Rodrigues Raggi
379 Pereira explica que para a apresentação deste ponto estão presentes
380 também um grupo de cinco assistentes técnicas (inclusive as duas
381 assistentes técnicas da subsede de Campinas, considerando que se trata de
382 uma região onde estão localizadas muitas CTs), que compuseram o GT
383 sobre as Comunidades Terapêuticas. O trabalho do GT tinha como foco
384 rever o fluxo para os pedidos de inscrição de pessoa jurídica solicitados por
385 Comunidades Terapêuticas e clínicas de dependência química, tendo em
386 vista o posicionamento político do CRP SP a respeito de Direitos Humanos,
387 internações, luta antimanicomial e o modelo asilar praticado pelas
388 Comunidades Terapêuticas e clínicas de dependência química, além do
389 histórico de violações de direitos identificadas nas fiscalizações realizadas
390 nesses espaços. Informa que neste momento o ponto foi trazido apenas para
391 que o plenário tome ciência sobre o GT e o trabalho que vem realizando,
392 ainda não havendo o que deva ser deliberado. O GT foi criado pensando em
393 como lidar com a questão das CTs dentro dos parâmetros legais, mas
394 considerando os posicionamentos políticos. Quando uma empresa recorre ao
395 CRP para realizar o registro, o CRP deve ou não aceitar esse registro,
396 conforme algumas prerrogativas construídas. Havia uma apresentação mais
397 completa, que trazia todo o histórico, mas decidiu-se trazer ao plenário algo
398 mais enxuto, abrindo mais ao diálogo. Algo que o grupo tem em mente é que
399 o projeto jamais será de não realizar mais fiscalização em CTs. Quando uma
400 empresa procura o CRP para realizar a sua inscrição, há dois caminhos: 1)
401 Quando a atividade principal envolve o exercício da Psicologia, há a



modalidade do registro. Essas empresas são obrigadas a realizar o registro e a terem um responsável técnico. 2) Outras empresas, cuja atividade principal não é o exercício da Psicologia, não necessitam ter esse registro, então essas empresas podem realizar o cadastro. As CTs se enquadram nesse segundo cenário, pois não possuem como atividade principal o exercício da Psicologia. Essas empresas não tem obrigatoriedade em se inscreverem no CRP, no entanto, devido ao fomento que existe por parte de prefeituras, por exemplo, essas entidades tendem a procurar algum órgão de classe para realizar o cadastro, para terem o seu trabalho legitimado por outro órgão. Dentre as possibilidade de cadastro que essas empresas possuem, muitas vezes o do CRP é o mais barato e, por isso, o mais fácil de manter, do ponto de vista financeiro. Relata que o Conselho de Medicina, por exemplo, tem uma postura de que essas entidades não fazem atividades de medicina e, por essa razão, não realizam o cadastro. A equipe técnica presente complementa que a documentação solicitada para cadastro de pessoas jurídicas pelo Conselho de Medicina é muito extensa e complicada de ser reunida do que a solicitada pelo CRP. O presidente da COF retoma que o grupo, inclusive, pensou em estratégias para tornar mais difícil o registro das CTs e que é algo que qualificará inclusive do ponto de vista das fiscalizações. Essas estratégias serão apresentadas ao plenário, para que possa contribuir. Antes de 2012 não havia normativa para regular o cadastro das CTs, era utilizada a norma padrão para as PJs. A equipe técnica complementa que anteriormente, bastava a apresentação da documentação junto ao setor de atendimento, que o registro era concedido, sem uma análise técnica. Somente após o cadastro, era feita a fiscalização. A partir de diversas situações identificadas nas fiscalizações de empresas que já estavam inscritas, foi que se desenhou esse fluxo com as Comunidades Terapêuticas de não inscrever imediatamente, e seguir outro fluxo: orientar o responsável técnico, realizar a fiscalização e, dependendo do que for identificado na fiscalização, faz-se um relatório sugerindo ao plenário o indeferimento do pedido. Já há mais de 100 (cem) fiscalizações realizadas em CTs, desde 2012, que incluem as realizadas devido ao pedido de cadastro de PJ, as solicitações do Ministério Público e outros órgãos do Sistema de Justiça e denúncias, sendo que nos dois últimos casos, as fiscalizações são prioridades e aquelas oriundas do pedido de cadastro entram na fila das demandas da COF. Esse procedimento foi uma diretriz apontada pela gestão quando foi definido esse projeto piloto. Dessas mais de



100 (cem) Comunidades Terapêuticas, apenas em 02 (duas) houve o deferimento do pedido de registro e somente em 01 (um) não foi identificada nenhuma violação ou o uso do modelo asilar (conforme Lei nº 10216, ou seja, de não prover as condições necessárias para a saúde, ou que infringem os direitos de ir e vir, por exemplo). Diante desse cenário, há a necessidade de revisão do projeto piloto, pois já é um procedimento adotado desde 2012 e essas fiscalizações geram uma série de procedimentos necessários, com base nas violações identificadas: envio de relatório ao Ministério Público, elaboração de parecer sugerindo o indeferimento da PJ, Ex-officio para a COE. Quando as psicólogas/os envolvidas/os não estão em uma situação de convivência, faz-se orientação daquela/e profissional. Porém, em grande parte dos casos, as violações identificadas são graves. Entende-se que não é o CRP o órgão responsável por determinar o fechamento de uma CT. O CRP faz o que é possível no seu âmbito. Assim, criou-se o GT considerando a necessidade de avaliar o procedimento e considerando o posicionamento político contrário ao modelo adotado por CTs e clínicas de tratamento de dependência química. Ponderou-se também que algumas das práticas inadequadas não se adequam ao modo ideal, por mais que se corrijam os prontuários e coisas da natureza, mantêm-se o modelo asilar. Com base nisso, o GT consultou o jurídico que deu um Parecer de que é possível negar um pedido de inscrição somente a partir do momento que isso é um ato administrativo fundamentado, ou seja, não é possível negar o recebimento do pedido de inscrição. Assim, a proposta do GT é que se aumente a quantidade e variedade de documentos exigidos, como por exemplo, o cadastro da empresa na Vigilância Sanitária, uma vez que se está falando de internações. Além da documentação, também sugerem um questionário onde se identificarão quaisquer tipos de violações juntamente com um questionário de que a empresa não pode fazer declarações falsas. Caso haja a identificação de violação, o indicativo seria de indeferimento, no entanto, caso não haja, continua-se o fluxo de realizar orientação e fiscalização. Informa-se também que já há uma minuta de Resolução para regulamentar esse procedimento. Houve ainda uma sugestão de que se ampliasse o teor da Resolução para outras instituições violadoras de direitos, mas o GT entendeu que não seria adequado utilizar uma mesma Resolução para tratar de pautas com legislações diferentes, também porque o CRP não recebe demandas de inscrição de outros tipos de instituição. Reforça-se que se contou com a participação das assistentes técnicas de Campinas no GT,



representando as subsedes, pois são nas regiões que há maior demanda de inscrição e de fiscalizações em CTs. Relata-se também que através do projeto piloto foi possível identificar que as orientações não surtiam o efeito desejado, conforme pode ser observado nas fiscalizações. Assim, resume-se que a proposta é que se aumente a documentação exigida, o uso do questionário que está sendo construído a partir de 50 (cinquenta) tipos de violações de direitos que foram identificadas nesse período todo, que para o formulário seriam traduzidas em perguntas diretas e, com a densidade de questões que terá, será possível identificar aspectos do funcionamento da instituição e, entendendo que o questionário serve como documento de orientação, porque implicitamente, está colocado o que se entende como aspecto violador e mantenedor do direito de alguém. Esse novo procedimento permitirá que se faça um filtro maior sobre quais serão fiscalizadas. A tentativa é de otimizar o trabalho da COF. Guilherme Rodrigues Raggi Pereira retoma que há discussão no plenário sobre como otimizar procedimentos do CRP e essa questão da CT é uma estratégia de revisão dos fluxos internos para melhorar a capacidade e o uso dos recursos financeiros e humanos do CRP. Assim, a ideia é encaminhar para o plenário a minuta de Resolução, discutir no pleno, e depois considerando os aportes e sugestões, poder discutir em plenária a possível aprovação. A equipe técnica complementa que serão mantidas as fiscalizações oriundas de queixas/denúncias, de solicitações e aquelas que forem cabíveis dentro do novo fluxo. Frisa-se que as CTs buscam esse cadastro, que não apresenta ônus, como a pagamento de anuidade, mas que lhe conferem um certificado que dá a impressão de que o CRP deu o aval para o seu funcionamento e que se valem disso para conseguir parcerias e fomentos com prefeituras. Em relação àquelas que possuem o registro por ter sido solicitado antes da adoção do Projeto Piloto, o jurídico referendou que poderiam ser submetidas ao mesmo fluxo. Assim, se a Resolução vier a ser publicada e apontando o que precisam apresentar a documento e o questionário e, caso seja identificada violação, é possível suspender o registro. Considerações do plenário: 1) Andrea Mataresi pontua que possui algumas dúvidas em relação ao exposto. Primeiro, a COE havia solicitado participar das discussões sobre Comunidade Terapêutica, inclusive ela tendo enviado e-mail para o coletivo da COF e para o conselheiro Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, mas não obteve resposta e também não foram convidados para participar de nenhuma



reunião. Considera algo muito complicado, porque, inclusive, pediu uma reunião com a COE e a COF, em que foram as conselheiras Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, a Maria Rozineti Gonçalves e o presidente da COF, e quando apontaram que era importante a COE estar alinhada a COF, porque a COF faz as fiscalizações e a COE fica responsável depois que se instaura processo. Outra questão, é que o plenário possui muitas pessoas que discutem o processo de institucionalização na COE, como a conselheira Luciana Stoppa dos Santos, também a Bruna Lavinias Jardim Falleiros e ela própria poderiam estar envolvidas. Dessa forma, pontua que foi encaminhado um pedido pela COE para uma reunião que, primeiramente, foi recusado por uma assistente técnica e, depois, o presidente da COF comunica que irá fazer a ação, mas a COE nunca recebe o convite. Outro ponto que pontua é que não é do campo da saúde mental, mas é da Comissão de Ética e poderia ter contribuído juntamente com os demais membros da Comissão. Ainda, que um Grupo de Trabalho deve ser sempre referendado em plenária e, neste pleno há diversas/os conselheiras/os que trabalham essa temática, como Rodrigo Presotto, Evelyn Sayeg, Ed Otsuka, Maurício Iwai, Clarice Pimentel Paulon, Ivana do Carmo Souza, Magna Barboza Damasceno e Suely Castaldi Ortiz da Silva. Ou seja, ao menos 08 (oito) conselheiras/os desta plenária têm apropriação do campo da saúde mental. Assim, sua visão é de que essas/es conselheiras/os deveriam ter sido convidadas/os para participar desse Grupo, assim como todas/os as/os outras/os que desejassem, porque são pessoas que estão na luta de frente. Cita que a subsede de Campinas tem, por exemplo, realizado várias ações que envolvem as temáticas de saúde mental e comunidades terapêuticas, ou seja, que possuem *know how* sobre essas questões e que precisam ser respeitadas/os enquanto conselheiras/os, que são quem faz política neste Conselho. Assusta muito que o pleno só seja comunicado do trabalho de um GT durante uma plenária. Considera que teve privilégio de saber sobre a existência desse grupo anteriormente e pediu para participar, bem como, sugeriu a participação de conselheiras/os do campo da saúde mental. São essas/es conselheiras/os que falam em seu nome, e são responsáveis pelo seu posicionamento enquanto conselheira com relação às Comunidades Terapêuticas. Sua posição política está vinculada a estas/es conselheiras/os que são especialistas no assunto. Outra coisa que lhe causa estranhamento é uma minuta de Resolução, uma vez que quem faz Resolução é conselheira/o, pois é conselheira/o quem faz política. Comenta



que as/os funcionárias/os da COE sabem que ela aprecia o trabalho que é realizado, que pede opinião às/aos administrativas/os da COE a respeito das CIs, por exemplo. Exemplifica com as situações em que tem dado autonomia para que as/os funcionárias/os decidam e da consulta que sempre é feita às/aos assistentes técnicas/os a respeito dos processos éticos, para que seja possível alinhar politicamente quais as decisões tomadas anteriormente, para manter a coerência nas penalidades, por exemplo. Pontua que há uma participação importante das/os funcionárias/os deste Conselho. A coordenadora técnica Luciana Mantovani, às vezes, entra em enfrentamento, porque insisto que os processos que envolvam comunidade terapêutica tem que ir para conselheiras/os do campo da saúde mental, e não pode ela, que não trabalha cotidianamente com isso. Mas, reforça que quem faz Resolução é conselheira/o, pontuando o respeito que têm com relação ao trabalho realizado pelas assistentes técnicas da COF, assim, como respeita o trabalho das assistentes técnicas da COE: Luiza Petry e Patrícia Oliveira, com quem está todos os dias em contato. No entanto, quem faz Resolução é o plenário e, neste caso específico, as/os oito conselheiras/os citadas/os, aquelas/es envolvidas/os com a questão da saúde mental, o Núcleo de Saúde e não as/os assistentes técnicas/os, assim como também não a COF ou a COE. A minuta deve ser feita por aquelas/es do plenário que entendem do tema. Reforça que sua opinião política é alinhada a estas oito pessoas, assim como a decisão da COE e o alinhamento da COE sobre essa questão quem dá são essas oito pessoas. São essas/es que definem o que deve ser realizado com relação às comunidades terapêuticas e ela acata o posicionamento político delas/es, que são quem trabalha com o tema. 2) Aristeu Bertelli da Silva pontua que é necessário verificar a questão do fluxo. Algumas questões foram discutidas em Reunião de Diretoria. Há uma discussão que foi iniciada e que precisa ser concluída, que envolve o Ministério Público e as Comunidades Terapêuticas. Ressalta que as subsedes de Campinas e Sorocaba são as mais demandadas para realizar fiscalização de CTs e que, enquanto Diretoria, há a tentativa de barrar um pouco essas solicitações, já se pedindo a verificação de se há psicólogas/os trabalhando no local. Reforça que é necessário verificar os dados sobre a questão: quantos são os pedidos e quais são as demandas. A respeito do funcionamento do grupo de trabalho, considera importante que seja ampliado para aquelas que atuam com saúde mental. Há também o esforço de se qualificar as fiscalizações pelo viés dos Direitos Humanos. O panorama atual é que a Prefeitura da



cidade de São Paulo pode já estar realizando contratos com CTs por conta do Projeto Redenção. 3) Parabeniza-se o trabalho realizado pelo grupo de construção da minuta. Devido à participação de ATs de subsedes, tem conseguido acompanhar o trabalho e, teve acesso à minuta, que considera que ficou muito boa. Compreendeu-se que, enquanto trabalho de um Grupo, tinha a tarefa de apresentar propostas para o plenário poder deliberar. 4) Há manifestação de que o trabalho realizado pelo GT não se configurou como uma imposição, sendo que o GT contava também com a participação da conselheira Maria Rozineti Gonçalves e do conselheiro Guilherme Rodrigues Raggi Pereira. Assim, entende-se que este momento é apenas para apresentar o trabalho realizado, que deverá ser deliberado em plenária oportuna. 5) Pondera-se que diversos grupos deverão conferir a minuta, como o Núcleo de Saúde, o Núcleo de Educação e Medicalização e a Comissão de Direitos Humanos. 6) Indica-se que em diálogo com outros Regionais, identificou-se que há preocupação dos CRP de Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul com relação às CTs. Dessa forma, propõe-se que haja diálogo também com esses Regionais, para que possam trocar propostas. 7) Pondera-se que se trata de uma questão que é um gargalo para a gestão, e que a Resolução não elimina, pois ainda haverá psicólogas/os trabalhando nesses espaços. 8) Elogia-se que as/os assistentes técnicas/os tenham pensando em uma ação política importante, pois elas/es possuem *expertise* nesse campo. Mas é necessário pensar de que forma esse assunto será compartilhado com as/os conselheiras/os que trabalham na área. 9) Considera-se que, embora muitas/os conselheiras/os tenham conhecimento do campo da saúde mental e de álcool e drogas, é possível que não tenham a minúcia que as/os assistentes técnicas/os possuem. 10) A questão apresentada envolve um aspecto que sempre fica nebuloso, que é o trabalho político de uma/um assistente técnica/o. Considera-se que, embora façam um trabalho técnico, é necessário que haja, também, um viés político. 11) Agradece-se ao trabalho das assistentes técnicas e do conselheiro presidente da COF pelo trabalho realizado. 12) Há manifestação de que, como conselheiro e exercendo um trabalho voluntário, não se tem certeza se teria a disponibilidade necessária para produzir uma Resolução e, dessa forma, alegra-se que haja funcionárias/os pensando sobre essas questões. 13) Pondera-se que a COF, enquanto setor responsável pela inscrição de pessoa jurídica, deve ser a responsável pela produção de uma Resolução que normatize algo nesse



623 sentido, ainda que seja aberta à contribuições do pleno. 14) Pondera-se que
624 o Conselho é um local de passagem da gestão e que são as/os
625 funcionárias/os que permanecem e, desse modo, é fundamental que haja
626 alinhamento com o plenário. 15) Indica-se que algumas subsedes puderam
627 ter acesso a informação de que se estava fazendo essa minuta, mas que a
628 subsede Metropolitana não pôde. Reforça-se que o alinhamento político é
629 importante e é sempre debatido. O trabalho realizado foi importante e muito
630 rico, mas é importante alinhar com aqueles que estão na linha de frente. 16)
631 Solicita-se às/aos funcionárias/os que todas as vezes que houver uma
632 discussão técnica, que não excluam a metropolitana. Acrescenta-se que
633 ainda não foi informado quem é a/ assistente técnica/o da Comissão Gestora
634 Metropolitana. 17) Acrescenta-se que é necessário pensar também de que
635 modo pode-se qualificar a orientação, uma vez que muitas vezes foi
636 realizada a orientação a uma/um psicóloga/o que trabalhava em uma CT e
637 que, após a orientação, esse profissional migrou para outra CT e não
638 considerou o conteúdo da orientação. 18) Considera-se que o trabalho
639 realizado é um ponto de partida para que o plenário possa se basear para
640 pensar e trabalhar este assunto. O material encaminhado é um referencial
641 que pode ser utilizado pelo plenário. A apresentação nesta plenária era para
642 apresentar a necessidade e a demanda, mas a forma como o plenário
643 conduzirá isso será definido a partir de agora. 19) Manifesta-se o desejo de
644 poder acompanhar mais proximamente o trabalho técnico, no entanto, esse
645 acompanhamento acaba sendo realizado de forma segmentada. 20)
646 Registra-se que as questões de COE e COF devem sempre estar alinhadas.
647 21) Andrea Mataresi esclarece que sua fala não foi no sentido de que o
648 trabalho de assistente técnica/o não seja político, pois, sua expectativa é que
649 todas/os psicólogas/os exerçam um trabalho politicamente qualificado.
650 Concorde que o plenário pode contar com o apoio técnico todo o tempo,
651 fornecendo subsídios. Acrescenta que na COE conseguiram extinguir o
652 raciocínio de que alinhamento político se dá na sede, pois ele se dá em todos
653 os espaços. Reforça que é importante que seja dada clareza sobre qual a
654 função de cada um: das/os conselheiras/os eleitas/os, das/os assistentes
655 técnicas e das/os assistentes de administração. Cada um precisa estar
656 apropriado de seu papel. Desta forma, não está dizendo que a equipe técnica
657 não pode contribuir com a construção das Resoluções, até porque, é ela que
658 está na linha de frente do CRP e o plenário necessita dessa assessoria. A
659 questão é a forma de condução, pois algumas comissões gestoras possuem



bom relacionamento com as assistentes técnicas de suas subsedes e, por isso, acompanharam o processo, mas não se pode excluir outras/os conselheiras/os. As/os conselheiras/os que puderam acompanhar esse processo estavam em um local privilegiado. Portanto, não está desmerecendo, mas é pontua que é necessário compreender a importância das/os trabalhadoras/es. 22) Acrescenta-se que a condução dos trabalhos desse grupo foi estranha, pois na sede, há divisão entre assistentes técnicas/os de COF e de COE, mas é algo que não existe nas subsedes. Compreende-se que é preciso repensar os processos e em como se integra o grupo. O GT deve ser ampliado e, ainda que haja mérito no fato que as/os trabalhadoras/es tenham se disposto a fazer a minuta, mas o problema é a polarização que ocorreu no processo. Aristeu Bertelli da Silva pondera que a questão discutida não é de mérito, pois há um consenso de que se trata de uma questão urgente. A discussão é sobre a forma e ressalta que seria insensato que qualquer pessoa tentasse desqualificar o trabalho de qualquer assistente técnica/o desta autarquia, inclusive daquelas/es que não estão presentes nesta ocasião. Recorda que seu trabalho dentro do CRP iniciou através da realização de fiscalizações junto com a COF. Após isso, na última gestão, coordenou a Comissão de Direitos Humanos e contou com apoio técnico, o que nunca cogitou em fazer de forma diferente. Portanto, a questão de mérito da questão está clara. As Comunidades Terapêuticas entraram na Rede de Atenção Psicossocial e haverá a utilização de dinheiro público para financiar esses espaços, que não sabem, ao menos, o que seria um projeto terapêutico singular. Espaços esses que são alocados em lugares de difícil acesso, o que também é um complicador para as fiscalizações. Entende que houve uma grande evolução neste sentido em se ampliar a fiscalização para outras entidades, como Ministério Público e Defensoria Pública. Faz coro de que um GT deveria ser apresentado e referendado em plenária. Mas, novamente, recorda de se trata de uma questão de forma. No entanto, é necessário cumprir alguns procedimentos e, para se constituir um GT, esse deve ser aprovado em plenária. Conhecendo a qualidade do trabalho das/os funcionárias/os envolvidas/os, sabe que haverá muito pouco a se mexer no trabalho que foi realizado. Reforça que é importante que se entenda o exercício técnico e profissional dessas pessoas que, provavelmente, permanecerão na instituição após o fim da atual gestão. Assim, é o grupo de funcionárias/os que guarda a memória da institucional. Guilherme Rodrigues Raggi Pereira informa que foi realizada uma reunião



entre COE e COF, mas que foi uma decisão da COF trabalhar o assunto um pouco e trazer ao plenário e, a partir daí, iniciar o diálogo e qualificar. Sobre a formação de um GT, não se trata de um grupo formal do plenário, mas de um grupo interno da COF, formado para realizar essa ação. A COF solicitou que às ATs levassem às/aos suas/seus gestoras/es o trabalho que vinha sendo realizado. A respeito da elaboração de uma Resolução ser responsabilidade de conselheira/o, indica que seria ótimo se essa fosse a realidade, mas que não é isso que ocorre na prática. Ainda, que a minuta foi construída na COF com o aporte de 04 (quatro) conselheiras/os. Uma questão que se insere nesta pauta é uma revisão geral sobre os procedimentos de inscrição de pessoa jurídica, mesmo que não sejam comunidades terapêuticas. A partir deste momento, o material produzido na COF será disponibilizado a todas/os, para que possam se apropriar e contribuir. Ressalta que há uma apresentação bastante longa, mas o grupo resolveu trazer apenas o fluxo do processo e a proposta de ser mais criterioso com os registros das Comunidades Terapêuticas. É necessário pensar pela forma política, mas também pela ótica da legalidade. Reforça que a proposta apresentada não é de que se encerre o procedimento de inscrição de pessoa jurídica na aplicação do questionário, mas, atualmente, é feita orientação com o responsável técnico e depois se realiza a fiscalização, o que gera uma longa fila das fiscalizações. Assim, o novo procedimento impediria que muitos desses pedidos necessitassem chegar à etapa da fiscalização. Mas, caso seja realizada e se identifique as irregularidades, pode ser aberto processo ético. Atualmente há cerca de 45 (quarenta e cinco) Comunidades Terapêuticas inscritas, mas que será possível submeter ao procedimento e revogar a inscrição, caso não atendam às exigências. Aristeu Bertelli da Silva acrescenta que, caso haja o preenchimento do formulário contendo informações inverídicas, essas instituições estarão cometendo um crime severo de falsidade ideológica. A equipe técnica complementa que o atendimento pode realizar cancelamento por Ex Officio, quando não entregam diploma, por exemplo. Assim, esse seria o procedimento com aquelas que já estão inscritas, de cancelamento por Ex Officio. Acrescentam ainda que a multa pode ser aplicada a qualquer inscrito, seja pessoa física ou jurídica, mesmo que isentas de anuidade. O presidente da COF pontua que o texto de minuta produzido será aberto para contribuição de todas/os, assim como todo o material que já foi produzido, reforçando que é importante que circule nos núcleos. Ainda, sobre a sugestão de diálogo com outros CRs,



informa que a equipe técnica que já realizou alguns contatos anteriormente que foram refeitos recentemente. Ressalta-se que era uma minuta que já vinha sendo desenhada desde gestões anteriores, pois se trata de um assunto que permeia as discussões há bastante tempo. O texto foi produzido pela gestão passada e teve contribuição de muitas/os conselheiras/os da época. Portanto, foi somente aprimorado. A COF tem a certeza de que a Resolução não encerrará o problema. Mas atualmente há um gargalo grande envolvendo esta questão, especialmente nas subsedes, pois é onde há maior demanda. Pede desculpas àqueles que se sentiram excluídos do processo e agradece às assistentes técnicas presentes. **Encaminhamento:** O material produzido pela Comissão de Orientação e Fiscalização será disponibilizado para todas/os para que se apropriem e possam encaminhar considerações. O assunto deverá retornar à Plenária Ordinária de maio, para discussão e possível deliberação. **XI) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS** – Reginaldo Branco da Silva comenta para responder há dois objetivos no Planejamento Estratégico do CRP SP - objetivos 12 (Qualificar os processos da Comissão de Ética e da Comissão de Orientação e Fiscalização) e 30 (Desenvolver e ampliar estratégias de comunicação acessíveis que dialoguem com a população, objetivando informar e dar visibilidade às questões relativas aos direitos sociais e humanos) - a Comissão de Direitos Humanos faz uma proposta de atualização para COE e COF sobre Direitos Humanos, para as Comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização. Sua proposta é que essa atualização seja realizada durante um Fórum de Gestores, que deveria ser ampliado, para contar também com a participação de trabalhadoras/es. Ressalta que o questionário elaborado pela COF para as fiscalizações auxiliará nessa ocasião. Aristeu Bertelli da Silva comenta que entende ser pertinente o tema, e que em outras ocasiões se levou pautas específicas para o Fórum. Assim, seu entendimento é de que é necessário verificar, apenas, se seria uma atividade a ser realizada logo ou se ficará para o segundo semestre. **Encaminhamento:** O plenário está de acordo que seja realizada uma capacitação/atualização em Direitos Humanos durante um Fórum de Gestores. Não se garante que seja realizado no primeiro semestre e, caso não seja possível, poderá ser realizada no segundo semestre deste ano. **XII) RECOMPOSIÇÕES DE COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES, NÚCLEOS, GRUPO DE TRABALHO E COLETIVOS INTERNOS – 12.1) Subsele da Baixada Santista e Vale do Ribeira** – Indica-se a inclusão de Daniel Vicente da Silva (CRP 06/87413) como



771 membro da Comissão Gestora da Subsede. **Encaminhamento:** Aprovadas a
772 inclusão indicada. **12.2) Subsede de Sorocaba** –Propõe-se exclusão de
773 Rodolfo de Souza Della Violla (06/123741) como membro da Comissão
774 Gestora da subsede. **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão proposta.
775 Rodolfo de Souza Della Violla permanece como colaborador de COE na
776 subsede. **12.3) Subsede de Ribeirão Preto** – Indica-se a inclusão de
777 Mariana Rezende Figueira (CRP 06/86876) como membro da Comissão
778 Gestora da Subsede de Ribeirão Preto. **Encaminhamento:** Aprovada a
779 inclusão de membro indicada. **12.4) Comissão de Ética – 12.4.1 – Sede** –
780 Indica-se a inclusão de Patricia Garcia de Souza (CRP 06/58613) como
781 membro da COE e a exclusão da membro Elenice Conceição de Santana
782 (06/84741) na Sede. **Encaminhamento:** Aprovadas a inclusão e a exclusão
783 propostas. **12.4.2 – Subsede de Assis** – Propõe-se a inclusão de Silvia Maria
784 do Nascimento (06/29090) como membro da COE na Subsede de Assis.
785 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão proposta. **12.4.3 – Subsede de**
786 **Ribeirão Preto** – Propõe-se a inclusão de Ana Paula Pereira Jardim
787 (06/41250), Alessandra Alves Patrício (06/89220) e Mariane Capellato Melo
788 (06/118906) como membros da COE na Subsede de Ribeirão Preto.
789 **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões de membros propostas para a
790 COE na Subsede de Ribeirão Preto. **12.4.4 – Subsede do Vale do Paraíba e**
791 **Litoral Norte** – Propõe-se a exclusão de Livia Gonsalves Toledo (06/81872)
792 como membro da COE na Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte.
793 **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão proposta. **12.5) Comissão de**
794 **Orientação e Fiscalização Ética – 12.5.1 – Subsede de Bauru** – Indica-se a
795 inclusão de Andressa Laís Rocha (CRP 115004), Jéssica Bispo Batista (CRP
796 130894), Jéssica Rodrigues Rosa (CRP 103702), Nicelle Juliana de Paula
797 Sartor (CRP 110001) e Valeria Antonia Benevides Solano Soares (CRP
798 98354) como colaboradoras de COF na Subsede de Bauru.
799 **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões de colaboradoras de COF na
800 Subsede de Bauru indicadas. **12.5.2 – Grande ABC** – Propõe-se a inclusão
801 de Tatiane Rosa da Silva (CRP 122671) como colaboradora de COF na
802 subsede do Grande ABC. **Encaminhamento:** Aprova-se a inclusão de
803 colaboradora de COF indicada para a subsede do Grande ABC. **12.5.3 –**
804 **Ribeirão Preto** - Indica-se a exclusão de Juliana Nakane Nakano (CRP
805 94952) como colaboradora da COF na subsede de Ribeirão Preto.
806 **Encaminhamento:** Aprova-se a exclusão de colaboradora na subsede de
807 Ribeirão Preto. **12.5.4 – Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte** – Indica-



se a exclusão de Livia Gonsalves Toledo (CRP 06/81872) como colaboradora da COF na Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Encaminhamento: Aprovada a exclusão de colaboradora de COF indicada.

12.6) Câmara de Mediação da COE (CAM COE) – Indica-se a inclusão de Adolfo Braga Neto, Anna Maria de Almeida de Campos Salles, David Damião Lopes (Região do Grande ABC), Dora Rocha Awad, Fabiana Cristina Aidar da Silva (Região da Baixada Santista e Vale do Ribeira), Georgia Abdalla Hannud, Heloise Helena Pedroso, Lucia de Fátima Fialho Cronemberger, Mariland Leutwiller, Patrick Harada Lopes (Região da Subsede de Assis), Shirley Graff e Sueleni Pereira Valério Chung como membros da Câmara de Medicação da COE (CAM COE). **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões

de membros propostas. **12.7) GT Condições e Processos de Trabalho** – Propõe-se a inclusão de Juliana Peixoto Pizano (CRP 98765) como membro pela Subsede de Bauru e de Mary Ueta (CRP 64673) como membro pela Subsede da Baixada Santista e Vale do Ribeira. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões de membro propostas. **12.8) GT sobre Métodos,**

Técnicas e Diversidade Epistemológica em Psicologia – Propõe-se a exclusão de Mary Ueta (06/64673) e a inclusão de Annie Louise Saboya Prado (06/86192) como membro do GT pela Subsede da Baixada Santista e Vale do Ribeira. **Encaminhamento:** Aprovada a alteração de membro do GT sobre Métodos, Técnicas e Diversidade Epistemológica em Psicologia pela Subsede da Baixada Santista e Vale do Ribeira. **12.9) Comissão de Direitos**

Humanos – Propõe-se a inclusão como membros de Márcia Santos Miranda (06/123386), de Marcio Magalhães da Silva (06/99618), pelo Núcleo de Sexualidade e Gênero, e de Maria Rozineti Gonçalves (06/39077), pelo Núcleo Psicologia e Deficiência, na Comissão de Direitos Humanos.

Encaminhamento: Aprovadas as inclusões de membros indicadas. **12.10)**

Núcleo de Assistência Social - Propõe-se a inclusão de Ederson Ribeiro Costa (06/79301) como membro suplente pela Subsede de Bauru, de Mariana Catalan Andrade (06/127839) como membro suplente pela Subsede de Ribeirão Preto. **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões de membros

suplentes indicadas. **12.11) Núcleo de Sexualidade e Gênero** – Propõe-se as inclusões de Thaiga Danielle Saldanha Momberg (06/117912), como membro suplente pela Subsede de Sorocaba, de Ana Maria Zabeleu (06/8128), como membro suplente pela Subsede de Ribeirão Preto e de Isabel Cristina Gonçalves Bernardes (06/99669), como membro suplente pela Região Metropolitana. Ainda, as exclusões de Simone Cheroglu (CRP



117562), como membro suplente pela Subsede de Bauru e de Remon
Matheus Bortolozzi, pela Região Metropolitana. **Encaminhamento:**
Aprovadas as inclusões e exclusões indicadas. **12.12) Núcleo de Educação
e Medicalização** – Indica-se a exclusão de Bruna Borba (06/118037), como
membro suplente pela Região Metropolitana. **Encaminhamento:** Aprovada a
exclusão de membro suplente indicada. **12.13) Núcleo de Justiça** – Sugere-
se a exclusão de Ana Paula Hachich (06/74115) como membro titular,
representando a Subsede da Baixada Santista e Vale do Ribeira, e a
inclusão de José Ricardo Portela (06/51825), como membro suplente,
representando a mesma Subsede. **Encaminhamento:** Aprovadas a exclusão
e inclusão de membro titular sugerida. **12.14) Núcleo de Psicologia do
Esporte** – Indica-se a exclusão de Fabio Silvestre da Silva (06/53133) como
coordenador do núcleo. **Encaminhamento:** Aprovada a exclusão indicada e
o plenário encaminha que seja consultada Camila Teodoro Godinho a
respeito da possibilidade de assumir a coordenação deste Núcleo. **12.15)
Núcleo de Psicologia e Deficiência** – Propõe-se as inclusões de Mirnamar
Pinto da Fonseca Pagliuso (06/4595) como membro suplente pela Subsede
da Baixada Santista e Vale do Ribeira, de Marli Aparecida Taraborelli
(06/55051), como membro titular e de Ione Aparecida Xavier (06/27445)
como membro suplente, pela Subsede de Sorocaba. Indica-se ainda a
exclusão de Jôse Roberta de Melo Ferracini (06/70877) como membro titular
pela Subsede de São José do Rio Preto. **Encaminhamento:** Aprovadas as
inclusões e a exclusão citadas. **12.16) Núcleo de Psicologia
Organizacional e do Trabalho** – Propõe-se a inclusão de Regina Celia
Ferreira Lopes Tavares (06/34910) como membro suplente pela Subsede da
Baixada Santista e Vale do Ribeira. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão
da membro suplente indicada. **12.17) Núcleo e Questões Raciais** – Propõe-
se a alteração de membro titular para suplente de Fernando Aparecido
Figueira do Nascimento (06/78020) e a inclusão como membro titular de
Letícia da Silva Moura (06/ 59599), representando a subsede da Baixada
Santista. Ainda, a inclusão de Carla Jacques Carlos (06/46264) como
membro titular pela Subsede de Sorocaba. **12.18) Núcleo de Trânsito e
Mobilidade Urbana-** Indica-se a inclusão como membros suplentes pela
Subsede de Bauru de Vera Márcia Laguna de Oliveira (06/24714) e Vera
Lúcia Laguna Pimenta (06/24715), cuja suplência deverá seguir essa ordem.
Encaminhamento: Aprovadas as inclusões de membros suplentes
mencionadas. **12.19) Núcleo Psicologia, Laicidade e Religiosidade** –



Propõe-se a exclusão, como membro pela Região Metropolitana, de Luiz Eduardo Valiengo Berni (CRP 35863) e a inclusão de Franklin Felix de Lima (06/79495) como membro pela Região. Indica-se, ainda, a inclusão como membro pela Subsede do Grande ABC de Maria Sileide Barreto Del'Rei (06/98090). Propõe-se, ainda, a inclusão, como coordenadora, de Bruna Suruagy do Amaral Dantas (06/71086). **Encaminhamento:** Aprovadas as inclusões e a exclusão indicadas. **12.20) Núcleo Criança e Adolescente** – Sugere-se a inclusão de Aline Coelho Salvador (06/77637) como membro titular pela Subsede de Sorocaba. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão citada. **12.21) Núcleo de Saúde** – Indica-se a inclusão de Henoch Pedro Rodrigues Júnior (06/135502), como membro titular pela Subsede de Sorocaba. **Encaminhamento:** Aprovada a inclusão proposta. **XIII) NÚCLEO PSICOLOGIA E QUESTÕES RACIAIS** – Ivani Francisco de Oliveira informa que foi uma solicitação do próprio núcleo, em sua primeira reunião, que a nomenclatura do grupo fosse alterada, pois compreendem o Racismo como gerador de relações raciais que são facilitadas ou dificultadas na sociedade devido ao fenótipo das pessoas de diferentes grupos raciais e étnicos como, por exemplo, indígenas, asiáticos e negros. Entende-se que o grupo deve contemplar as discussões das diversas realidades dos grupos racializados. Assim, a sugestão é que o nome do Núcleo seja alterado para Psicologia e Relações Étnicorraciais. **Encaminhamento:** O plenário aprova a alteração de nome do Núcleo, que passa a ser chamado de Psicologia e Relações Étnicorraciais. **XIV) REPRESENTAÇÃO EM ENTIDADES – 14.1) Frente Estadual Antimanicomial** – O Núcleo de Saúde sugere que a representação seja realizada pelo conselheiro Mauricio Marinho Iwai. **Encaminhamento:** Aprovada o nome de Maurício Marinho Iwai para representar o CRP SP na Frente Estadual Antimanicomial. **14.2) Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas – CONED** – Em sua reunião, realizada em 09 de março, o Núcleo de Saúde indicou a continuidade de representação no CONED ser realizada por Annie Louise Saboya Prado, tendo como suplente Maurício Iwai, conselheiro e membro do Núcleo de Saúde, em substituição ao conselheiro Edgar Rodrigues. **Encaminhamento:** O plenário referenda a sugestão apresentada pelo Núcleo de Saúde e, assim, o CRP SP será representado no Coned por Annie Louise Saboya Prado (titular) e Maurício Marinho Iwai (suplente). **14.3) Fórum dos Conselhos Atividades Fim da Saúde (FCAFS)** – O Núcleo de Saúde sugere que a representação no Fórum dos Conselhos Atividades Fim da



Saúde seja realizada por Mayara Freire (titular) e Evelyn Sayeg (suplente).

14.4) Conselho Municipal de Assistência Social de Taubaté - A

Comissão Gestora da subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte solicita a exclusão de André Itire Takano (06/70637) da representação no órgão e a inclusão de Cristina Mailam de Souza Malaquias (06/129011), como titular, e de Ricardo Xavier de Araújo (06/132067), como suplente.

Encaminhamento: Aprovada a alteração de representação proposta. **14.5)**

Conselho Municipal da Condição Feminina de São Sebastião - A

Comissão Gestora da Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte solicita a inclusão de Ellen Rocha de Oliveira (06/103249) como representante do CRP SP no Conselho Municipal da Condição Feminina de São Sebastião.

Encaminhamento: Aprovada a inclusão proposta. **14.6) Fórum Municipal**

de Educação – Solicita-se a alteração da suplência na representação do

CRP SP no Fórum Municipal de Educação, que era realizada por Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, por Lilian Suzuki. **Encaminhamento:** O plenário

aprova a alteração, ficando como representantes do CRP no espaço Maria Rozineti Gonçalves (titular) e Lilian Suzuki (suplente). **14.7) Fórum sobre a**

Medicalização – A representação do CRP SP no Fórum era realizada por

Luciana Stoppa dos Santos (titular) e Ilana Mountian (suplente). Sugere-se a alteração da representação, para que possa passar a ser realizada por Maria Rozineti Gonçalves (titular) e Alexandra Lelis dos Santos (suplente).

Encaminhamento: O plenário aprova a alteração na representação, conforme sugerido. **XV) COMISSÃO DE SINDICÂNCIA (PORTARIA CRP-06**

Nº. 001/17) – O plenário aprecia o relatório apresentado pela Comissão de

Sindicância instaurada a partir da Portaria CRP-06 Nº. 001/17, de 23/01/17, a respeito do desaparecimento de um *tablet* de propriedade deste Conselho

Regional de Psicologia da 6ª Região - CRP-06, em ponto discutido com a

plenário fechado. **Encaminhamento:** O plenário aprova o Relatório final

apresentado pela Comissão de Sindicância. **XVI) PONTOS PARA A**

PRÓXIMA PLENÁRIA – 1) Comunicação - Organização de Pauta; 2)

Participação de Colaboradores em Reuniões de Núcleos e Comissões na

Sede; 3) Avaliação do Planejamento Estratégico; 4) Avaliação do Processo

de Trabalho dos Conselheiros; 5) Coordenação dos Núcleos Territoriais; 6)

Diretriz Política da Gestão do CRP SP; 7) CREPOP - Centro de Referência

Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - Reimpressão de referências e

indicação de especialistas para comissões Ad Hoc CREPOP. Nada mais

havendo a tratar, o senhor conselheiro presidente deu por encerrada a



956 sessão às 18 horas e trinta minutos, da qual eu, conselheiro secretário,
957 Rodrigo Toledo, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por
958 todos os presentes. São Paulo, oito de abril de dois mil e dezessete.

Andrea Mataresi

Aristeu Bertelli da Silva

Clarice Pimentel Paulon

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

Luciana Stoppa dos Santos

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Maria Rozineti Gonçalves

Reginaldo Branco da Silva

Rodrigo Toledo

Suely Castaldi Ortiz da Silva

Beatriz Marques de Mattos

Edgar Rodrigues

Ivana do Carmo Souza

Ivani Francisco de Oliveira

Magna Barboza Damasceno

Márcio Magalhães da Silva

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira
Bicudo Guarnieri

Mary Ueta

Mauricio Marinho Iwai